

TOMO

Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
Universidade Federal de Sergipe

A NATUREZA ANTI-ÉTICA DA CIÊNCIA ECONÔMICA: PARA UMA ÉTICA MARXIANA

*Maria Teresa Buonomo de Pinho**

Este trabalho pretende – tendo como fundamento a ontologia materialista do ser social instaurada por Marx e seu desdobramento lukacsiano – determinar os limites intransponíveis do senso ético que a chamada ciência econômica encerra, que correspondem às estacas que cercam seu terreno ontológico comum, quer dizer, sua concepção naturalista de ser social. Esta concepção torna a referida ciência ideologia da reprodução da sociedade do capital, portanto, torna o senso ético de responsabilidade social do economista prisioneiro da ética e da responsabilidade social possíveis numa sociedade de classes. Este trabalho pretende, ao mesmo tempo, apontar elementos para o resgate de uma ética fundada no pensamento de Marx, seguindo um dos propósitos do próprio Lukács.

Invertendo a filosofia hegeliana que compreende o interesse geral supostamente realizado pelo Estado como fundamento da sociedade civil – concebida, com justeza, como esfera do interesse particular –, Marx se volta para a busca da “anatomia da sociedade civil” (MARX, 1982b, p.25)

* Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. e-mail: tbuonomo@uol.com.br

via estudo da economia política, – ou seja, se volta para o estudo da vida material da sociedade –, anatomia esta contraditória compreendida como fundamento das relações jurídicas e do Estado, enfim da totalidade do ser social e da esfera do chamado interesse geral. Portanto, também de uma ética fundada em Marx.

Isto significa que o problema da produção e da reprodução materiais da vida humana através do trabalho constitui o problema central da ontologia marxiana do ser social e, portanto, de uma ética marxiana. Isto porque a esfera econômica (material) do ser social produz e reproduz esse ser – que tem sua origem no ser da natureza, mas que é qualitativamente diverso deste, diferença que é estabelecida precisamente pelo salto ontológico devido ao advento da categoria trabalho – enquanto as outras esferas da vida social pressupõem esta produção.

De acordo com Lukács:

No momento em que Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central, surge – tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. – a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base (LUKÁCS, 1979, p.15-16).

A “insuperável base natural” decorre do fato de que o homem é, antes de tudo, um ser da natureza e, portanto, objetivo, isto é, tem como objeto a natureza externa a si. Nesse nível a relação entre o homem e seus objetos é a mesma que existe entre objetos naturais não humanos, orgânicos e inorgânicos. O homem é também um ser vivo e, portanto, tem necessidades e forças naturais. O intercâmbio material entre o homem e a natureza, entre um ser natural, objetivo, vivo, dotado de forças e necessidades naturais, e seu objeto, a natureza que existe fora dele e que independe dele, entre a natureza e ela mesma, pois o homem é parte da natureza, é o ponto de partida da vida humana. O gênero humano, nesse nível, iguala-se a todos os outros gêneros vivos na sua atuação sobre a natureza, num processo de dispêndio e de assimilação de forças naturais, através da qual adapta os elementos naturais às suas necessidades. As categorias da natureza, a objetividade

natural, são um pressuposto da vida sob forma exclusivamente humana. Em poucas palavras: a vida humana tem uma insuperável base natural. A "ininterrupta transformação social dessa base" é determinada pelo fato de que o trabalho tem caracteres de uma posição teleológica. Esses caracteres distinguem o homem do ser da natureza. O trabalho é um processo teleológico porque principia pela formação de um *teleos*, ou seja, de uma antecipação na mente do ser efetivante dos resultados a serem alcançados, o que supõe algum conhecimento dos nexos causais dos objetos naturais, ou seja, das propriedades e leis da natureza que existem independentemente do homem e às quais ele deve se submeter para transformar seu pensamento em realidade. A atividade vital consciente do homem – isto é, teleológica – difere da atividade vital do animal pelo caráter da transformação que o homem opera sobre os elementos naturais. O trabalho sob forma exclusivamente humana é uma atividade de enformação, num objeto natural, de um projeto que já existia antes no pensamento do trabalhador; ao passo que a atividade animal é ato de transformação numa forma predeterminada pelo código genético do animal (MARX, 1984, p. 202). Através do trabalho, conseqüentemente, se opera uma dupla transformação. Por um lado, a natureza externa ao homem é transformada, humanizada. O mundo natural é tornado mundo humano. Os objetos e as forças da natureza são transformados em objetos naturais humanos, em valores de uso. Tais objetos são algo qualitativamente novo em relação aos objetos naturais, não obstante terem estes como pressuposto. Por outro lado, o homem cria e transforma sua própria natureza, a natureza humana, distinta da sua natureza biológica. Isto significa que o homem vive num mundo criado por ele próprio, enquanto o mundo no qual vive o animal não se distingue da natureza. O homem tem, portanto, necessidades humanas e potencialidades humanas, que não se confundem com a natureza, ainda que sempre a pressuponha.

O trabalho é uma categoria social. A natureza humana é o conjunto das relações sociais. Estas relações têm um caráter histórico: nunca são dadas de uma vez por todas. A natureza social do homem implica que esse gênero é qualitativamente diverso em relação às outras formas de vida. Nestas, o gênero é mudo, isto é, inconsciente. O gênero humano,

ao revés, não é mudo – tanto objetiva, quanto subjetivamente. Isto porque “a relação do homem com a espécie humana é, desde o início, formada e mediatizada por categorias sociais (como trabalho, linguagem, intercâmbio, etc.)” (LUKÁCS, 1979, p.145). Ademais, a relação indivíduo-gênero humano “se realiza apenas em relações e vínculos que operam a nível da consciência” (LUKÁCS, 1979, p.145).

De acordo com Lukács:

Que o gênero humano, como sustenta Marx contra Feuerbach, não é uma categoria muda, abstratamente geral, mas, ao contrário, é uma categoria da qual se toma consciência em sociedade, já se revela desde o início pelo fato de que somente as pequenas comunidades autênticas, e mais tarde as nações, sintam a si como partes de um gênero, como realidade da espécie humana, enquanto que aqueles que vivem fora deste âmbito são vistos como excluídos dela. O gênero humano ascende à ordem do dia, como problema universal que envolve a todos os homens, apenas quando surge e se intensifica o mercado mundial (LUKÁCS, 1990, p. XVIII).

Para que o trabalho se realize e evolua, torna-se necessário o aparecimento e o desenvolvimento ulterior de atividades de caráter extra-laborativo, isto é, para além da atividade produtiva em si. Em outros termos: a atividade propriamente econômica pressupõe o desenvolvimento de outras atividades para além da esfera da economia, mas imprescindíveis para a reprodução material da sociedade. A produção material exige a existência de atividades extra-econômicas que organizam o comportamento dos homens em sociedade. Estas atividades extra-laborativas, tal como o próprio trabalho, são precedidas por uma antecipação mental, por uma prévia-ideação, e também por uma decisão subjetiva entre alternativas postas pela realidade objetiva. Toda atividade humana, econômica ou extra-econômica, tem caráter teleológico.

Ao lado das posições teleológicas primárias (aquelas referentes à economia), desenvolvem-se as posições teleológicas secundárias, referentes às atividades extra-econômicas. Ao compreendermos a existên-

cia das posições teleológicas do segundo tipo, chegamos à definição lukacsiana do termo ideologia, definição esta crucial para compreendermos a ciência econômica. A ideologia é o momento ideal – a prévia-ideação ou antecipação mental – das posições teleológicas secundárias, isto é, daquelas posições teleológicas que visam a organização da práxis social global. Estas posições podem estar voltadas à manutenção ou destruição de um determinado *status quo* social. Em resumo: é ideologia toda elaboração ideal que serve como instrumento de conscientização e de operacionalização da práxis social e dos conflitos sociais em geral. O caráter teleológico de todo agir humano significa que é o homem que faz sua própria história.

Esta história é um processo de desenvolvimento das forças e necessidades humanas. À medida que o trabalho se realiza e seus resultados são observados, se desenvolvem as potencialidades humanas e criam-se novas necessidades humanas e, por consequência, também as formas de objetividade do ser social se explicitam num nível cada vez mais alto. O homem vai se afastando da natureza, porém sem nunca romper com ela; processo de afastamento da natureza que é acompanhado pela progressiva superação de sua mudez; superação esta que, de início, só tem existência objetiva (mercado mundial), mas que pode vir a se tornar também subjetiva (sociedade comunista mundial). No mercado mundial, a produção e reprodução da vida humana já têm existência enquanto produção e reprodução da espécie humana, mas esta só tem existência objetiva porque não se desenvolve conscientemente, através da regulação *a priori* da produção de acordo com as necessidades humanas, mas inconscientemente – via regulação *a posteriori* através da troca dos produtos do trabalho, convertidos em mercadorias, produzidos pelo capital – relação social de produção antagônica na qual a produção é o objetivo do homem e não o homem o objetivo da produção, relação social de produção onde o homem existe apenas como meio de produção da riqueza, em que há grande desenvolvimento das forças produtivas, mas não há satisfação das necessidades humanas em termos adequados, nem auto-determinação do trabalho.¹ Essa produção e reprodução da vida humana podem se tornar conscientes através da revolução comunista mundial, que deve consistir numa transformação radical da forma de sociabilidade, *até hoje*

inexistente, através da qual o homem passe a regular conscientemente sua produção de acordo com suas necessidades.²

O fundamento ontológico dessas transformações – quer dizer: do recuo humano das barreiras naturais – consiste no fato de que o trabalho contém em si, desde o início, a possibilidade de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução daquele que realiza o processo de trabalho. Esta capacidade do trabalho (da esfera da necessidade) produzir excedente é a base ontológica da esfera da liberdade do ser humano, portanto, de uma ética marxiana.

Esta possibilidade de gerar produto excedente – que constitui o valor de uso específico da força de trabalho humana – leva ao desenvolvimento da apropriação/expropriação desse produto e, portanto, constitui o fundamento material de todas as formas de sociedade de classes, da escravidão ao capitalismo. No limiar da história humana, esse valor de uso específico da força de trabalho ainda não havia se desenvolvido. Portanto, havia igualdade material entre os homens e, por conseguinte, inexistia vida política.³ A metamorfose da natureza consistia apenas no fato de objetos naturais serem tomados como valores de uso. Quando as forças produtivas se desenvolvem a ponto de explicitar o referido valor de uso da força de trabalho, surge a escravidão, quando uma comunidade é subjugada por outra. Os homens que constituem a comunidade vencida são tomados pela comunidade vencedora como parte integrante das suas condições objetivas de produção e, portanto, se explicita a apropriação e expropriação do produto do trabalho da comunidade escravizada. As formas ideológicas se tornam então instrumentos ideais da luta de classes – já que nas sociedades de classes o choque entre as mesmas é a principal forma de conflito social – através dos quais se garante a apropriação do excedente, através do domínio da ideologia da classe dominante

¹ O capital é uma relação social de produção que tem dois determinantes fundamentais. Em primeiro lugar, o objeto domina o sujeito, ou seja, o sujeito existe com meio de produção do objeto. Em segundo lugar, o sujeito só satisfaz necessidades na medida em que esta satisfação é necessária ao objeto.

² Consideramos que todas as tentativas históricas, a partir da Revolução Russa de 1917, de transição para o socialismo não alcançaram sucesso, pois não foi superado o capital enquanto relação social de produção, relação esta que definimos na última nota.

³ Adiante, esclarecemos a origem e o significado da vida política e do Estado.

sobre a ideologia dos dominados. Surgem então objetividades mistas, pertencentes à naturalidade e à socialidade (ex.: animais domésticos).

Ao mesmo tempo, já se inicia a explicitação de determinações puramente sociais. De acordo com as palavras de Lukács:

Com o pôr socialmente objetivo do valor de uso, surge no curso do desenvolvimento social o valor de troca, no qual, se considerado isoladamente, desaparece toda objetividade natural: como diz Marx, o que ele possui é uma "objetividade espectral". Em certo ponto, Marx afirma ironicamente contra alguns economistas: "Até agora, nenhum químico conseguiu descobrir valor de troca em pérolas ou diamantes". Por outro lado, porém, cada uma dessas objetividades puramente sociais pressupõe – e não importa se com mediações mais ou menos aproximadas – objetividades naturais socialmente transformadas (não há valor-de-troca sem valor de uso, etc.) (LUKÁCS, 1979, p. 19).

Ou seja: "O devenir mercadoria dos produtos do trabalho representa, portanto, estágio superior de sociabilidade; significa que o movimento da sociedade é dominado por categorias cada vez mais puramente sociais e não mais somente naturais" (LUKÁCS, 1990, p.VIII).

Este devir é processo que só se completa no modo de produção especificamente capitalista, que emerge com a Revolução Industrial do século XVIII na Inglaterra. Isto significa que este modo de produção constitui um afastamento maior do homem em relação à natureza, em comparação com modos de produção anteriores.

A partir do aparecimento do produto excedente, surgem também a vida política e o Estado, força destacada da sociedade e armada (exércitos) através da qual a classe dominante garante a apropriação do excedente, vale dizer, a reprodução da sociedade baseada na exploração do homem pelo homem e, portanto, em fortes contradições sociais entre o interesse particular e o universal. Neste sentido, a vida política e o Estado são forças sociais alienadas da sociedade que garantem a organização desta a partir da perspectiva da classe dominante, e enquanto tais constituem uma força que se contrapõe aos homens como força deles separada e estranha e como força que os domina e subjuga. O Estado se explicita

– em direção à sua forma acabada, forma própria da sociedade burguesa – à medida que se desenvolve o vir a ser mercadoria do produto do trabalho e, portanto, a lei do valor.

A lei do valor – a lei que regula o intercâmbio de mercadorias pelo tempo de trabalho socialmente necessário nelas contido, que constitui, portanto, uma relação social de produção que se estabelece materialmente, através das coisas – é a lei mais geral de todas no interior do ser social, sendo importante porque “ilumina plenamente o que de mais importante existe na estrutura do ser social, ou seja, o caráter social da produção” (LUKÁCS, 1979, p. 46).

De início – quando ainda não se desenvolveu o intercâmbio de mercadorias e o homem realiza apenas trabalho útil, ou quando apenas de modo marginal a produção é destinada à troca, tal como na Antiguidade e na Idade Média – a lei do valor já atua de modo implícito, pois as comunidades devem dividir seu tempo de trabalho total entre as diferentes atividades conforme suas prioridades e necessidades. Através de várias etapas e processos históricos, que não cabem ser detalhados aqui, a humanidade chega ao modo de produção especificamente capitalista. Neste, que emerge a partir de meados do século XVIII com a Revolução Industrial na Inglaterra, o valor e o valor excedente – a categoria mais valia de Marx e suas formas fenomênicas (lucro industrial, ganho mercantil, renda da terra e juro) – se explicitam, quer dizer, superam a sua existência embrionária e tornam-se reguladores autônomos da produção social e, portanto, a base de todo o sistema que vem se desenvolvendo desde então. A produção capitalista de mercadorias se torna a forma universal e necessária de toda produção de valores de uso. O valor regula a troca de mercadorias a partir do tempo de trabalho socialmente necessário nelas cristalizado e, por conseguinte, sua produção. O valor excedente – isto é, o produto excedente, que decorre do mencionado valor de uso específico da força de trabalho, expresso em horas de trabalho objetivadas, que assume determinada forma material enquanto determinada soma de dinheiro – torna-se, através de suas formas fenomênicas, o regulador da distribuição do trabalho total da sociedade entre os diferentes ramos de produção. Em poucas palavras: a forma desenvolvida, explicitada, da lei do valor corresponde ao modo de produção fundado

no capital, ou seja, ao modo de produção onde a força de trabalho e os meios de produção existem separados e intercambiáveis por dinheiro. Este, – uma coisa, que é criação da humanidade, mas que se apresenta como força alienada e estranha que a submete –, se torna o regulador universal da produção e reprodução da vida humana. Daí decorre a centralidade da categoria valor (e, portanto, da categoria valor excedente) nesse modo de produção e, portanto, na sua investigação e expressão teórica, ou seja, na ciência econômica e no pensamento de Marx. Daí decorre também a importância destas categorias neste trabalho.

A explicitação da lei do valor e do valor excedente, na troca de mercadorias fundada na relação capital-trabalho assalariado, é um veículo objetivo necessário em direção à sociabilização da produção, à superação da mudez do gênero humano e à sua emancipação real, prática. Lukács afirma que o modo de produção especificamente capitalista constitui a primeira produção social propriamente dita, um modo de produção que supera limites naturais, tanto no conteúdo como nas categorias (LUKÁCS, 1979, p.53). Somente a partir da ascensão desse modo de produção, no século XVIII, formas de objetividade puramente sociais (o valor-de-troca e o dinheiro enquanto encarnação abstrata de todo valor-de-troca) – formas ontológicas puramente sociais, mas que pressupõem objetividades naturais socialmente transformadas pelo trabalho (isto é, valores de uso) – se tornam os reguladores da produção e reprodução da vida material humana. Isto significa que o capitalismo, em comparação com os modos de produção anteriores, representa um afastamento da humanidade em relação à natureza e uma aproximação em direção a relações de produção cada vez mais sociais e socializadas (as categorias da economia burguesa, tais como: valor-de-troca, dinheiro, trabalho assalariado, lucro, etc.). Em poucas palavras: as leis que regulam o processo de produção e reprodução via mercado mundial são formas ontológicas puramente sociais, não obstante terem como pressuposto objetividades naturais, pois o homem é um ser da natureza.

Cabe salientar que esse processo de afastamento da natureza promovido pelo capitalismo – que se instaura no século XVIII, após a conclusão da “chamada acumulação primitiva do capital”, que criou a relação entre o capital e o trabalho assalariado – é um processo progressivo. Ou

seja: hoje, ainda mais do que no século XVIII, a natureza para a humanidade se apresenta como um ente em desvanecimento. Essa progressão está ligada ao desenvolvimento incessante das forças produtivas – marca, dentro de certos limites, do capitalismo –, desenvolvimento esse impulsionado pela concorrência intercapital que busca lucros extraordinários. Esse desenvolvimento das forças produtivas leva à destruição, pela concorrência, de toda produção não organizada a partir da relação capital-trabalho assalariado. Isto significa que a produção capitalista de mercadorias vai se tornando, progressivamente, a forma universal e necessária de toda produção de valores de uso. O valor-de-troca e o dinheiro vão se explicitando, cada vez mais, como os reguladores da produção e reprodução da vida humana.

Através da categoria trabalho, que torna o ser social um ser qualitativamente diverso do ser da natureza, e através das categorias valor e valor excedente, que expressam a socialização crescente do ser social e o desenvolvimento das suas faculdades e necessidades, Marx coloca as bases de uma teoria ontológica do desenvolvimento do ser social (LUKÁCS, 1979, p. 53). Acerca da objetividade deste desenvolvimento, Lukács escreve:

Não há dúvida que temos aqui um desenvolvimento objetivo e necessário no interior do ser social, cuja objetividade ontológica se mantém independentemente tanto das intenções dos atos singulares que efetivamente permitiram a sua emergência, quanto de todas as avaliações humanas acerca do ocorrido, avaliações feitas dos mais variados pontos de vista e sob as mais variadas motivações. Portanto, encontramos diante de um traço objetivamente ontológico da tendência evolutiva interna ao ser social (LUKÁCS, 1979, p. 82).

A emergência do mercado mundial que resulta desse desenvolvimento ontológico cria a possibilidade da superação da mudez do gênero humano. A própria existência do mercado mundial já significa que o processo de produção e reprodução da vida humana já se desenvolve ao nível da espécie humana. A existência do intercâmbio mundial, e do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social que o acompanha, coloca a possibilidade histórica da emergência da sociedade para

além do capital e da política, ou seja, da sociedade comunista, da regulação consciente da produção social de acordo com as necessidades autênticas do gênero humano. O comunismo, para Marx, por conseguinte,

Se apresenta como normal e necessário produto da dialética interna do ser social, da auto-explicitação da economia com todos os seus pressupostos e resultados, da luta de classes (...). Isto significa, antes de mais nada, que não apenas o papel ontologicamente central da economia pode fazer nascer o socialismo, mas que sua importância e função ontológica não desaparecem nem mesmo no socialismo realizado. Em *O Capital*, Marx diz que a esfera da economia, mesmo no socialismo, continuará a ser um 'reino da necessidade' para a vida humana. (...) Em sentido ontológico objetivo, o caminho que leva ao socialismo é formado por aquele desenvolvimento, já referido por nós, no qual – através do trabalho, do mundo da economia que se produz a partir do trabalho, da sua dialética imanente enquanto motor – o ser social nasce para sua própria peculiaridade; no qual surge a especificidade do gênero humano como gênero consciente, não mais apenas natural e mudo (LUKÁCS, 1979, p. 163-164).

Segundo a perspectiva do trabalho de Marx e Lukács, as sociedades de classes e a vida política em diferentes formas, em geral, e a sociedade capitalista e seu Estado moderno, em particular, foram necessidades históricas imprescindíveis para o desenvolvimento e explicitação do ser social e, portanto, para a emergência da sociedade comunista – quer dizer, para a libertação real do homem. Hoje – aliás, desde o final do século XIX, estando criados os pressupostos materiais da sociedade para além do capital e da política – a sociedade civil e seu Estado político se tornaram entes moribundos.

A perspectiva do trabalho de Marx e Lukács é uma teoria científico-filosófica do desenvolvimento e explicitação do ser social. Sua base é o trabalho, que é “a única lei objetiva e ultra-universal do ser social, que é tão ‘eterna’ quanto o próprio ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, na medida em que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir” (LUKÁCS, 1979, p. 99).

O trabalho implica a lei do valor e do valor excedente e, por conseguinte, da redução do valor, isto é, do tempo de trabalho socialmente

necessário à produção das coisas – lei esta que expressa o desenvolvimento das faculdades humanas, que acompanha o desenvolvimento das necessidades humanas. Lukács, falando da instauração do ser social e do seu desenvolvimento, afirma:

Com o ato da posição teleológica do trabalho, temos em-si o ser social. O processo histórico da sua explicitação, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser em-si num ser para-si; e, portanto, implica a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais mais puros, mais específicos (LUKÁCS, 1979, p. 17).

Essa constatação, marxiana e lukacsiana, do progresso do ser social independe de sua avaliação e dos valores que surgem com esse progresso. Trata-se da verificação de um desenvolvimento objetivo-ontológico em sua essência. Segundo Lukács:

Nessa constatação ontológica do progresso, não está contido nenhum juízo de valor subjetivo. Trata-se da constatação de um estado de coisas ontológico, independentemente de como ele seja avaliado posteriormente. (Pode-se aprovar, deplorar, etc., o 'recuo das barreiras naturais') (LUKÁCS, 1979, p. 54).

A constatação desse desenvolvimento do ser social não constitui um juízo de valor subjetivo. Muitas vezes aparecem opiniões que identificam essas duas coisas. Lukács afirma acerca dessas falsas opiniões:

Está hoje em moda ironizar a idéia do progresso, e utilizar as contradições que todo desenvolvimento necessariamente provoca, com a finalidade de desacreditar o progresso no plano científico, ou seja, de considerar o progresso (o desenvolvimento de um grau ontologicamente inferior a um grau ontologicamente superior) como um juízo de valor subjetivo" (LUKÁCS, 1979, p.53).

Porém, Lukács alerta:

É igualmente evidente que o fato que surge e se desenvolve a partir desse processo – a explicitação das faculdades e dos carecimentos humanos – constitui o fundamento objetivo de todo valor, da objetividade dos valores (LUKÁCS, 1979, p. 86).

Isto significa que o valor no campo da economia e a sua constante redução, através da redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das coisas úteis, constituem a base de todos os valores da vida humana. Acerca dessa prioridade do valor do campo da economia, escreve Lukács:

O fato de que seja designado como 'valor' – praticamente em todas as línguas – não é absolutamente acidental. A relação real, objetiva, independente da consciência, que designamos aqui com o termo 'valor', é efetivamente, sem prejuízo dessa sua objetividade, em última análise, também o fundamento ontológico de todas as relações sociais que chamamos de valores; e, por isso, também o veículo de todos os tipos de comportamento socialmente relevantes que são chamados de avaliações (ou juízos de valor) (LUKÁCS, 1979, p. 83).

Isto porque valor – do ponto de vista marxiano, tal como define Agnes Heller – é “tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicitação desse ser genérico” (HELLER, 1985, p. 4). Em outras palavras: valor é tudo que é valioso para a auto-construção do ser humano. Agnes Heller escreve:

Consideramos valor tudo aquilo que produz diretamente a explicitação da essência humana ou é condição de tal explicitação. Portanto, consideramos como valores as forças produtivas e como explicitação de valores a explicitação dessas forças, já que essa explicitação significa, direta e indiretamente, aquela das capacidades humanas, na medida em que aumenta a quantidade de valores de uso – e, portanto, de necessidades humanas – e diminui o tempo socialmente necessário para a obtenção dos vários produtos. Esse desenvolvimento é a base da explicitação de todos os demais valores (HELLER, 1985, p. 8).

Em resumo: esse desenvolvimento é a base da auto-construção do homem – da esfera da liberdade do ser humano.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento das forças produtivas, promovido pelo capital, desencadeado pela concorrência dos capitais singulares em busca de lucros extraordinários, significa tão somente a criação da possibilidade histórica, e não da necessidade histórica, da emancipação humana real, da humanização das necessidades e das faculdades humanas.

É evidente que o capital promove um desenvolvimento objetivo-ontológico em sua essência – com o desenvolvimento das forças produtivas e do consumo. Porém, essa essência se manifesta através de formas fenomênicas extremamente contraditórias, que consistem numa completa degradação do ser humano, tanto no âmbito de suas capacidades quanto do seu consumo. É certo que a linha de desenvolvimento ontológico do ser social se afirma, apesar de todas as suas formas fenomênicas contraditórias. Porém, salienta Lukács:

já que esse progresso é indissolúvelmente ligado ao progresso das faculdades humanas, também para o progresso puramente objetivo, categorial, não pode ser indiferente o tipo de mundo fenomênico que ele produz, ou seja, se trata de um modo adequado ou deformado (LUKÁCS, 1979, p.125).

Na nossa perspectiva teórica, está contida determinada concepção do que é a ciência econômica. A ciência econômica é por nós concebida enquanto expressão teórica necessária da eternidade e naturalidade aparentes da vida material burguesa e, por consequência, enquanto instrumento ideal (ideologia) de acionamento, manipulação e reprodução dessa forma histórica e relativa assumida pela produção da riqueza social, que é tomada enquanto forma absoluta, natural e eterna.

A ciência econômica – desde a sua ascensão, em meados do século XVIII na Inglaterra, até o mundo contemporâneo, que assiste a reação triunfal do neoliberalismo contra qualquer movimento, mesmo o mais mínimo, orientado pela perspectiva do trabalho – interpreta o movimento de socialização objetiva da produção social promovido pelo capital, o

progresso ontológico-objetivo do ser social antes descrito, em sentido inverso, portanto, falso e falsificador. Ao invés de compreender o desenvolvimento do ser humano como um processo de afastamento da natureza sem a existência de um corte absoluto em relação a ela, tal como Marx concebe, a ciência econômica, em suas mais diversas vertentes, enxerga uma aproximação do homem da natureza (as leis do mercado mundial concebidas enquanto leis da natureza) e/ou um corte absoluto em relação a ela (a crença em Deus manifesta em diferentes pensadores, inclusive, muitas vezes, inseridas nas suas próprias teorias). Onde existe a explicitação de categorias puramente sociais (tal como no desenvolvimento da troca mercantil e do interesse particular do indivíduo), a ciência econômica concebe uma suposta “propensão natural do homem à troca mercantil” e um suposto “egoísmo inato do ser humano”. Assim tem sido desde Adam Smith, o fundador da chamada ciência econômica. Em suma: as relações de produção fundadas no capital e no mercado mundial são compreendidas como relações naturais e enquanto “fim da história” – estágio derradeiro da sociedade.

Marx afirma que “As categorias são formas de ser, determinações da existência” (MARX, citado em LUKÁCS, 1979, p. 9). Isto significa que “as categorias por nós usadas nas nossas teorias são cópias da objetividade do mundo real objetivo” (LUKÁCS, 1990, p. LXXIV). Significa também que as categorias “podem surgir, e serem usadas na prática, muito antes de serem reconhecidas como tais” (LUKÁCS, 1990, p. LXXIV). Este é o caso das categorias valor-de-troca e lucro - formas fenomênicas (aparentes) das categorias valor e valor excedente, tratadas acima de acordo com a concepção marxiana e lukacsiana.

As categorias valor e valor excedente, tal como já foi afirmado, são as categorias centrais da vida material da sociedade. A categoria valor já atua de modo implícito nas comunidades primitivas, já que estas devem distribuir seu tempo de trabalho social total entre as diferentes atividades conforme as suas necessidades. No mundo antigo, com o aparecimento do valor excedente, inicia-se lentamente o processo de explicitação das categorias valor e valor excedente, pois uma parte marginal da produção de diferentes civilizações já assume a forma de mercadoria, isto é, de unidade entre valor-de-uso e valor-de-troca. Ao mesmo tempo em que iniciam sua explicitação, as cate-

gorias valor e valor excedente continuam a atuar de modo implícito, com a distribuição do trabalho social total entre as diferentes atividades conforme as necessidades e prioridades de cada sociedade.

Com o início do desenvolvimento do valor-de-troca, durante o mundo antigo e medieval, surge o pensamento econômico da humanidade. Esse se desenvolve ainda mais durante a transição do feudalismo para o capitalismo, com o aparecimento do mercantilismo e da sua expressão teórica. Porém, até esse período não existe ainda a ciência econômica propriamente dita, pois até então o valor-de-troca tem uma existência apenas embrionária, portanto, difícil de ser investigada e desvendada. Ademais, não existe ainda, em forma histórico-universal, a relação capital-trabalho assalariado e, portanto, o capital – em suas formas antediluvianas: capital mercantil e capital usurário – não é ainda o gerador de valor excedente da sociedade. Uma verdadeira ciência da economia “só pôde surgir depois que as categorias puramente sociais, enquanto ‘formas de ser, determinações da existência’, elevaram-se a potências dominantes na vida social” (LUKÁCS, 1979, p. 109).

Em outros termos: uma ciência da economia só pôde surgir com o advento do modo de produção especificamente capitalista – durante a segunda metade do século XVIII, em particular na Inglaterra – e com a generalização do valor-de-troca e do lucro industrial. O caráter central, na vida material, das categorias valor e valor excedente, já por nós salientado, explica a centralidade das mesmas no pensamento econômico e, portanto, na ciência econômica e na sua crítica ontológica, isto é, no pensamento marxiano. Portanto, também neste trabalho.

A ciência econômica nasce com a economia política clássica – cujos principais autores são Smith e Ricardo –, que toma como ponto de partida o valor-de-troca e o lucro. Esta escola investiga e desvenda, ainda que de modo imperfeito, o valor e o valor excedente. Descobre que por trás do valor-de-troca se esconde o valor, isto é, o tempo de trabalho materializado na mercadoria. Descobre também que o lucro do capital e a renda da terra são deduções do produto do trabalho do assalariado. Com essas descobertas, nasce a teoria científica do valor e do valor excedente – isto é, a teoria do valor-trabalho. Marx, devido a estas descobertas, concede à escola clássica o estatuto de ciência.

A teoria clássica, não obstante revele a exploração do assalariado pelo capitalista e pelo proprietário de terras, serve aos interesses da burguesia. Em primeiro lugar, porque apresenta o capitalismo como modo absoluto de produção da riqueza, isto é, como sistema de produção eterno. Em segundo lugar, porque apresenta o capitalismo como sistema não só contraditório, devido à exploração do assalariado, mas também harmônico, através da sua doutrina da mão invisível. Em terceiro lugar, porque a teoria do valor-trabalho defende o capital que produz (a burguesia) contra o proprietário de terras ocioso e estéril. Isto significa que a teoria do valor-trabalho nasce como *ideologia da burguesia*, num momento que esta classe ainda era a classe revolucionária da sociedade, que arrastava consigo o proletariado, contra as classes feudais decadentes. Por este motivo, a burguesia ainda podia denunciar a exploração do trabalhador assalariado e, ao mesmo tempo, defender o capital.

Em suma: pode-se afirmar que a economia política clássica é, ao mesmo tempo, burguesa (defende os interesses da burguesia) e científica (reflete racionalmente a realidade). A economia política clássica, apesar de incorrer em concepções falsas devido ao seu procedimento naturalista ou a-histórico, tem um fundamento ontológico – porque parte de categorias fundamentais – que lhe confere seu caráter científico. Desta forma, compartilha do caráter revolucionário do primeiro positivismo, que se desenvolve durante o período em que a burguesia é a classe revolucionária.

Ao lado da economia política científica, se desenvolve, segundo Marx, a economia política vulgar, burguesa e não científica, constituída por autores tais como: Malthus, Bentham, Say, Senior, etc. Marx argumenta que o pensamento desse grupo de autores não constitui ciência econômica propriamente dita porque eles se limitam a sistematizar e a transformar em doutrina, que ambiciona o estatuto científico que lhe é concedido pela sociedade, as relações aparentes da produção burguesa. No lugar da teoria científica do valor – isto é, da teoria do valor-trabalho, que reconhece a prioridade ontológica da produção em relação à troca e desvenda a essência subjetiva da riqueza –, é colocada a teoria do valor utilidade, que privilegia a troca, a oferta e a demanda, como local da determinação do valor das mercadorias. Por centrar-se na troca, excluindo a esfera da produção de maiores considerações, a teoria do valor uti-

lidade oculta a exploração do trabalho assalariado e representa o capitalismo como um sistema harmônico no qual todos desfrutam das vantagens da troca de mercadorias.

A economia vulgar, segundo Marx, é burguesa (porque representa os interesses da burguesia) e não é científica (porque não investiga os nexos internos da produção capitalista). Em suma: a teoria do valor-utilidade, pseudo-científica, tem a função social de ideologia da classe capitalista e, para cumprir esta finalidade, oculta a exploração. A teoria do valor-utilidade é anti-ontológica, pois seu fundamento é gnosiológico, ou seja, define-se enquanto ciência porque emprega determinado método *a priori* na descrição de categorias superficiais da realidade. Sua ascensão e triunfo, portanto, já fazem parte do positivismo reacionário, que já existe em germe e que passará a se desenvolver quando a burguesia já não é mais a classe revolucionária, a partir de 1830.

A teoria do valor utilidade é pseudo-científica não porque deixe de abordar fenômenos reais. É óbvio que a água no Saara tem muita utilidade e alto valor de troca, enquanto numa inundação não tem utilidade nem valor de troca. O problema da teoria do valor utilidade é que ela se limita a captar superficialidades e existe diferença entre fenômeno e essência. Num famoso trecho da sua obra – de relevância crucial para nós, porque escrito dentro do quadro da sua crítica da economia vulgar – Marx afirma: “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre aparência e essência das coisas” (MARX, 1983b, p. 939).

A teoria do valor utilidade tem em comum com a teoria do valor trabalho o fato de partir da duplicidade externa (fenomênica) da mercadoria, ou seja, considera que a mercadoria é unidade de valor de uso e valor de troca. A teoria do valor trabalho centra sua discussão no valor de troca, desvendando o valor aí escondido. Ou seja, centra a discussão na característica particular do produto do trabalho na sociedade burguesa e, por este motivo, explica a especificidade da produção capitalista. A teoria do valor utilidade, ao revés, centra a discussão no valor de uso, quer dizer, na característica universal do produto do trabalho, presente em todas as formas de sociedade. Por esta razão, chega no máximo a considerações genéricas válidas para todos os modos de produção e, dessa maneira, não nos dá um retrato científico da produção capitalista.

A década de 1840, quando a luta entre o proletariado e a burguesia explicita-se na realidade, marca o sepultamento da ciência econômica burguesa, com o aparecimento das obras de Stuart Mill e Bastiat, adeptos do utilitarismo. A partir de então, com a historicidade do capital revelada pela luta de classes, o pensamento econômico burguês só sobrevive enquanto pensamento vulgar, isto é, pseudo-científico. Podemos citar vários representantes desse pensamento, que se torna dominante nas últimas décadas do século XIX, tais como: Walras, Menger, Jevons, Wicksell, Marshall, Keynes, Kalecki, Friedman, etc.

A partir da década de 1840, a teoria do valor-trabalho – portanto, o pensamento econômico científico em geral – se transforma em *ideologia do proletariado*, ou seja, no pensamento marxiano, que constitui uma crítica da economia política – tanto uma crítica das relações de produção fundadas no capital, quanto uma crítica dos pontos de vista burgueses acerca dessas relações de produção. O marxismo é, portanto, não só uma teoria científico-filosófica do desenvolvimento ontológico-objetivo do ser social, mas também uma prévia-ideação (ideologia) da revolução comunista. O marxismo é, em uma palavra, a teoria da revolução.

A teoria neoclássica que emerge e triunfa no final do século XIX e seus desdobramentos – tais como o pensamento de Keynes, da síntese neoclássica, dos novo-clássicos, etc. – são herdeiros da economia vulgar contemporânea a Marx. Isto porque se limitam a vestir a aparência mais superficial da realidade econômica numa roupa elegante e, desse modo, não captam a essência das coisas. A concepção naturalista, portanto, acaba por desembocar em concepções falsas da realidade. Sendo assim, o fundamento ontológico da nossa crítica do caráter anti-ético da teoria econômica nos leva também a uma crítica lógico-gnosiológica deste corpo teórico. Neste, demarcamos dois momentos diversos, contidos no mesmo solo ontológico, que correspondem às etapas do desenvolvimento do positivismo.

Cabe tecer alguns comentários acerca do positivismo, do neopositivismo e do debate atual na filosofia da ciência. Evidenciaremos que o positivismo nas ciências sociais (e seus referidos sucessores) vai assumindo coloridos cada vez mais intensos à medida que a burguesia vai se tornando uma classe cada vez mais reacionária e parasita.

O positivismo caracteriza-se por três idéias principais. Em primeiro lugar, a concepção de que a sociedade humana é regulada por leis naturais. Esta concepção revela que os partidários do positivismo ignoram completamente o problema da ontologia do ser social, em uma palavra, o fato de que o homem é sujeito da história – não consideram que a “objetividade sensível” é “atividade sensível”. Como consequência desta omissão, os positivistas também ignoram as contradições da vida social. A segunda idéia básica do positivismo decorre diretamente da primeira: a concepção de que as ciências sociais devem empregar os métodos das ciências naturais. Traduzindo: nossos colegas economistas, porque ignoram o problema da ontologia do ser social, reduzem a problemática do conhecimento à questão do método – e o método recomendado é o das ciências naturais. Os economistas neoclássicos, por exemplo, analisam as leis do mercado de oferta e demanda a partir do modelo da física (as leis de ação e reação). A terceira idéia é a de que

da mesma maneira que as ciências da natureza são ciências objetivas, neutras, livres de juízos de valor, de ideologias políticas, sociais ou outras, as ciências sociais devem funcionar exatamente segundo esse modelo de objetividade científica. Isto é, o cientista social deve estudar a sociedade com o mesmo espírito objetivo, neutro, livre de juízo de valor, livre de quaisquer ideologias ou visões de mundo, exatamente da mesma maneira que o físico, o químico, o astrônomo, etc. (...) (Isto) Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social. O positivismo geralmente designa esse conjunto de valores ou de opções ideológicas como prejuízos, preconceitos ou pré-noções. A idéia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou pré-noções (LOWY, 1985, p. 36).

Em resumo: os positivistas negam que sua ciência seja ideologia, quer dizer, negam que têm uma visão do mundo, uma concepção da vida humana. Esta negação é, do nosso ponto de vista, um absurdo, pois a visão naturalista, peculiar ao positivismo, é obviamente uma visão de mundo e uma ideologia.

As diferenças substanciais que existem entre a economia científica e a economia vulgar correspondem à distinção fundamental entre duas fases da trajetória do positivismo. Cabe, portanto, demarcar esta distinção – a distinção entre a fase revolucionária do positivismo e a sua prolongada fase reacionária que se estende até nossos dias.

A economia clássica pertence à primeira fase do positivismo – à sua fase revolucionária. Isto porque quando defende a ciência objetiva, livre de preconceitos e visões de mundo, luta contra os preconceitos e visões de mundo das classes feudais então ainda dominantes. Como a questão da historicidade do capital ainda não estava posta, os economistas clássicos podiam captar as conexões internas desta sociedade, não se limitando ao imediatamente dado e, ao mesmo tempo, defender os interesses da burguesia. O positivismo nas ciências sociais surge no século XVIII enquanto ideologia da burguesia revolucionária. Surge como instrumento de

luta contra a ideologia dominante na época, a ideologia clerical, feudal, absolutista. Pode-se dizer que o positivismo moderno é filho legítimo da filosofia das luzes e, da mesma maneira que essa filosofia, ele tem em um primeiro período um caráter utópico, quer dizer, é uma visão social do mundo de dimensão utópica, crítica e, até certo ponto, revolucionária (LOWY, 1985, p. 37).

É revolucionário porque conceber a sociedade burguesa em ascensão enquanto sociedade baseada nas leis da natureza, no século XVIII, é ter uma visão social de mundo revolucionária. Isto porque a sociedade burguesa constituía, no século XVIII, de fato uma novidade histórica e, portanto, um avanço em relação à sociedade feudal decadente.

Em síntese: o primeiro positivismo quando defende a ciência objetiva, livre de preconceitos, é revolucionário justamente porque a sua luta

é contra os preconceitos das classes então dominantes decadentes, as classes feudais, a nobreza e o clero.

A partir de 1848, quando se explicita a luta entre capital e trabalho, a recusa das visões de mundo – a negação, portanto, da ontologia – torna-se uma recusa de visões de mundo que possam levar a uma revolução comunista da sociedade. A economia vulgar em sua fase de consolidação – quer dizer a teoria neoclássica e seus desdobramentos – é parte do positivismo reacionário. O naturalismo da ciência econômica, que antes era revolucionário, se torna conservador, pois as leis da economia capitalista continuam a ser explicadas como leis naturais – independentes da ação humanas –, enquanto o modo de produção capitalista já revelou seu caráter histórico. A exigência de neutralidade na ciência econômica se torna, portanto, uma defesa do *status quo*. Ao postular a imparcialidade, a ciência econômica procura negar que adota uma visão de mundo, quer dizer, uma ontologia, negação que realiza reduzindo a discussão da produção científica a discussões sobre o método científico que deve ser empregado. É óbvio que essa negação da ontologia é meramente ilusória, pois fica implícita a visão de mundo do economista, em suma: a concepção do capitalismo como regido por leis naturais e como melhor realizador tanto dos interesses particulares quanto dos interesses gerais. Através da aplicação do método considerado científico, – o método das ciências positivas –, a ciência econômica contemporânea se limita a vestir, numa roupagem elegante, a aparência mais superficial da realidade da vida material burguesa, não levando em conta e descartando como questões “metafísicas” as conexões internas desta vida e a sua relação com a totalidade do ser social. As questões que o positivismo e o neopositivismo qualificam como questões “metafísicas” são, na verdade, as questões ontológicas – o tratamentos do ser em si, que sempre envolve uma visão de mundo. Por lidar com categorias da realidade, – que não deixam de ser categorias da realidade, embora sejam fenomênicas –, a economia contemporânea acaba por fornecer um conjunto de conhecimentos que servem aos homens na vida prático-utilitária, ou seja, no acionamento da vida material burguesa, na colocação em funcionamento e na reprodução dessa vida.

Após a explicitação da possibilidade histórica da revolução proletária, os economistas ficam privados da condição de um estudo

descompromissado da vida material burguesa, pois o estudo verdadeiramente científico e imparcial desta, através de Smith e Ricardo, havia tornado patente que o capitalismo é caracterizado pela exploração do homem pelo homem, tal como o feudalismo e o escravismo. Ou seja:

Marx reconhece que a burguesia teve lugar e momentos sociais para fazer ciência. O limite histórico-social intransponível que a impossibilitou de continuar produzindo do mesmo modo são as revoluções de 1848, que também repercutiram na Inglaterra (VAISMAN, 1999, p. 266-267).

A compreensão da economia capitalista de Keynes é superior à compreensão neoclássica do mundo. Keynes compreende a existência das crises econômicas, do desemprego, etc. Porém, o classificamos como economista vulgar, devido a duas razões. Em primeiro lugar, devemos ressaltar que Keynes se limita a sistematizar as relações aparentes da produção capitalista. É imediatamente visível que a economia capitalista é marcada por crises, que existem empresas que não conseguem vender suas mercadorias, que existe desemprego, que os possuidores de riqueza especulam com dinheiro, etc. Em segundo lugar, a base filosófica da teoria de Keynes é, de modo implícito, a teoria do valor utilidade. Podemos afirmar que a partir de então, com a obra de Keynes, assume força maior todo um movimento de impugnação da teoria do valor da teoria econômica, movimento iniciado já, como vimos, pela teoria neoclássica, através da teoria do valor utilidade. A teoria do valor utilidade – a teoria subjetiva do valor – é um empreendimento cujo *teleos* é a erradicação do problema do valor da teoria econômica, considerado enquanto problema metafísico.

Com a crise da ideologia keynesiana, o mundo contemporâneo vem sendo marcado pela hegemonia da teoria neoclássica e pelas práticas neoliberais. A chamada ciência econômica, sob hegemonia completa da escola neoclássica, tem se tornado, cada vez mais, um instrumento tão-somente de acionamento, manipulação da “nova” vida material do capital, caracterizada pelas privatizações, desregulamentações, etc. A corrente neoclássica e seu instrumentalismo, – a ortodoxia econômica .

[caracteriza-se] por um pessimismo quanto à possibilidade de conhecer a realidade. Na verdade, o cientista que, por antecipação, é pessimista em relação a todo esforço sistemático de conhecer a realidade só pode racionalizar sua prática (científica) desde uma perspectiva pragmática (DUAYER, MEDEIROS e PAINCEIRA, 2001).

As inclinações do positivismo das últimas décadas do século XIX se explicitam e se tornam preponderantes no neopositivismo contemporâneo, tanto no campo das ciências naturais, quanto no campo das ciências sociais. A questão da ontologia do ser social é negada não só porque se considera o capitalismo como estágio derradeiro da história humana. Mas também, sobretudo, porque se nega – negação ilusória – que toda ciência social se funda numa determinada concepção do mundo humano, em determinados valores e, portanto, em determinada ideologia. A ontologia é negada e, assim, triunfa a preponderância dos problemas gnosiológicos na filosofia. Esta é reduzida à filosofia da ciência, que prescreve então os métodos adequados que a ciência deve empregar para ser uma “boa ciência”. Dessa forma, nega-se, mais uma vez, a ontologia – não só a ontologia do ser social, mas também a do ser da natureza –, já que fazer ciência, de acordo com Marx, é apreender a lógica específica do objeto específico e não, de modo nenhum, aplicar uma lógica pré-determinada aos diferentes objetos.

Através da aplicação do método considerado científico – o método das ciências positivas – a ciência econômica contemporânea (e também a ciência em geral) se limita a vestir, numa roupagem elegante, a aparência mais superficial da realidade da vida material burguesa, não levando em conta e descartando como questões “metafísicas” as conexões internas desta vida e a sua relação com a totalidade do ser social. As questões que o neopositivismo qualifica como questões “metafísicas”, que não entram na roupagem elegante da ciência, são, na verdade, as questões ontológicas – o tratamento do ser em si, que sempre envolve uma visão de mundo. As visões de mundo são descartadas sob a qualificação pejorativa de serem ideológicas e, portanto, pseudo-científicas para os neopositivistas.

A roupagem elegante da ciência econômica, seu método considerado científico, – e também da ciência em geral – consiste no uso da matemá-

tica – na homogeneização do mundo através do instrumental quantitativo. Entramos no período da economia matemática puramente matemática, da economia matemática não como ramo da economia, mas sim como um ramo da matemática. Em outros termos: através da homogeneização do mundo via utilização das ferramentas puramente quantitativas, deixa-se de lado a “lógica específica” do “objeto específico”. Em uma palavra: não se explica a realidade existente em si.

A ciência econômica contemporânea, portanto, – desenvolvendo as tendências da economia vulgar contemporânea à Marx –, limita-se a sistematizar e a transformar em doutrina a aparência mais superficial do funcionamento da economia capitalista. Por lidar com categorias da realidade – que não deixam de ser categorias da realidade, embora sejam categorias fenomênicas – a ciência econômica acaba por fornecer um conjunto de conhecimentos que servem aos homens na vida prático-utilitária, ou seja, no acionamento da vida material burguesa, na colocação em funcionamento e na reprodução dessa vida. Portanto, do nosso ponto de vista, esta ciência econômica cumpre importante função ideológica, apesar de seus formuladores negarem que nas suas teorias existam conteúdos ideológicos.

Sendo essa a nossa concepção de ciência econômica contemporânea, a crítica que fazemos à mesma, não trata de acusá-la de irrealidade; ou seja, não tachamos a economia vulgar de não ter correspondência com os fatos reais da economia capitalista. Ao contrário, nosso ponto de partida é a constatação de que a economia vulgar espelha os fenômenos imediatamente observáveis da economia capitalista, e um dos momentos da nossa crítica consiste em mostrar que a economia vulgar apreende a aparência objetiva da realidade. Vale citar alguns exemplos. A teoria da utilidade marginal decrescente espelha fatos reais, tais como a água no deserto tem grande utilidade, enquanto numa inundação não tem utilidade. A teoria da desutilidade marginal crescente do trabalho espelha o fato de que o trabalho, na sociedade capitalista, é um desprazer e é apenas um meio de vida, vale dizer, o trabalho nesta sociedade é mortificação e o homem só trabalha para receber em troca o salário.

Por outro lado, consideramos que a economia vulgar se afasta do conhecimento autêntico da realidade, ao invés de se aproximar dele. O

conhecimento que produz – por ser apenas sistematização de representações comuns – serve apenas para, por um lado, pôr em operação a realidade da sociedade burguesa e, por outro lado, conceder justificativa ideológica a esta mesma sociedade, sob a aparência de pensamento neutro, já que nega a ontologia e, portanto, a relação íntima que existe entre ciências sociais e ideologia.

A economia vulgar – enquanto ideologia da classe dominante – tem que se cingir à descrição e à explicação dos fenômenos imediatamente observáveis do processo de produção na sociedade capitalista. Desta redução decorre uma insuficiência das suas teorias para explicar a realidade existente em si. A economia vulgar, porque parte de abstrações irrazoáveis, se afasta do conhecimento da realidade, ao invés de se aproximar. Por exemplo: a teoria da utilidade marginal decrescente leva à concepção de que a economia de mercado é uma máquina de alocação de recursos escassos para a produção de valores de uso alternativos que satisfaçam necessidades humanas. Em uma palavra: o objetivo da economia capitalista, para a economia vulgar, é a satisfação das necessidades dos homens. Ou seja: o caráter ideológico da economia vulgar obstrui seu caráter científico.

No mundo atual, com a crise do positivismo e do neopositivismo, os economistas, inclusive os neoclássicos, baseados nas tendências contemporâneas da filosofia da ciência – em especial, no pensamento de Kuhn –, vêm admitindo que sua ciência veicula valores, portanto, visões de mundo, ideologias, por conseguinte, aparentemente reincorporam as questões “metafísicas” ao seu discurso. Esta incorporação é apenas aparente, pois a obra de Kuhn leva a um certo relativismo ontológico e, conseqüentemente, novamente à impugnação da ontologia. Vejamos. Kuhn define o desenvolvimento de uma ciência particular como processo de superação de um paradigma por outro, através de “revoluções científicas”. Um paradigma, segundo o autor, é toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc. compartilhada por uma dada geração de cientistas particulares. Segundo o autor, o avanço cumulativo “normal” de uma ciência particular é entrecortado por períodos revolucionários, quando um paradigma é substituído por outro. É, portanto, evidente “que, na concepção de Kuhn, a ontologia é elemento constitutivo da prática cien-

tífica e, portanto, não pode ser descartada como dimensão extra-científica" (DUAYER; MEDEIROS; PAINCEIRA, 2000, p. 10). O problema é que Kuhn cai no relativismo ontológico, pois sua teoria leva à conclusão de que os paradigmas são incomensuráveis e, portanto, equivalentes.

Concluindo, afirmamos que a concepção naturalista da sociedade do capital, típica da chamada ciência econômica, a torna instrumento ideal (ideologia) da reprodução social desta forma de vida fundada em fortes contradições sociais. A crítica que fazemos à chamada ciência econômica, fundada no plano ontológico, nos leva a determiná-la enquanto ciência anti-ética, pois a mesma constitui instrumento ideal de manipulação e de reprodução de uma forma da vida social, a sociedade do capital, baseada em fortes contradições sociais e na contradição entre o interesse particular e o interesse universal. A crítica ontológica nos leva à crítica lógico-gnosiológica e, assim, determinamos o estágio atual de desenvolvimento desta ciência enquanto fundado na hipocrisia, pois, para defender o capital, oculta as descobertas científicas dos clássicos. Determinamos a chamada ciência econômica enquanto ciência anti-ética a partir da obra de Marx e de Lukács e, desse modo, pretendemos contribuir para o resgate de uma ética fundada nestes dois autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, José. Posfácio. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**. São Paulo: Editora Ensaio, 1995, p. 335-537.

DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A Miséria do Instrumentalismo na Tradição Neoclássica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 2001, v. 31, n. 4, p. 1-61.

_____. Desventuras Filosóficas na Ciência Econômica: Naturalização da Sociedade do Capital e Relativismo Ontológico. In: V Encontro de Economia Política, 2000, Fortaleza.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

LUKÁCS, Georg. A Reprodução. In: LESSA FILHO, Sérgio Afrânio. **Sociabilidade e Individuação: A Categoria da Reprodução na Ontologia de G. Lukács**. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade Federal de Minas Gerais, 1990, p. I-CCXLVI.

_____. **Ontologia do Ser Social: Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Introdução de 1857. In: MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

_____. **O Capital. Livro 1**. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984, 2 vols.

_____. **O Capital. Livro 2**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983a.

_____. **O Capital. Livro 3**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1983b, 3 vols.

_____. **Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982b, p. 23-27.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAY, Jean Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, 2 vols.

VAISMAN, Ester. A Usina Onto-Societária do Pensamento. **Ensaio Ad Hominem**, São Paulo, n.1, tomo I, p. 247-287, 1999.